

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 26911095/2025 - SGP.NAD.AGC

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1 - Objeto da contratação: Credenciamento de instituições financeiras ou bancárias, cooperativas e demais pessoas jurídicas legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e Agentes Comunitários de Saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville.

1.2 - Especificações técnicas:

1.2.1 - O Credenciamento visa a concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e Agentes Comunitários de Saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville, em consonância às normas estabelecidas em Decreto Municipal nº 68859, de 15 de setembro de 2025, e demais legislações correlatas;

1.2.1.1 - As instituições financeiras ou bancárias, cooperativas e demais pessoas jurídicas legalmente autorizadas interessadas no objeto da presente contratação, deverão ter autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central.

1.2.1.2 - A antecipação salarial ocorre por meio de cessão de crédito, por meio da qual o servidor transfere à empresa credenciada o seu direito relativo ao recebimento de salário conforme margem de comprometimento disponível.

1.2.1.3 - Neste produto, o servidor que antecipa o salário é o cedente do direito creditório, a empresa credenciada figura como cessionário, e o devedor é a fonte pagadora do salário. Assim, o empregador fica obrigado a pagar diretamente a empresa credenciada pelo direito creditório cedido pelo servidor, descontando o valor correspondente que é devido ao servidor em folha de pagamento; Nos termos do Decreto nº 68859, de 15 de setembro de 2025, caso não sejam, por qualquer motivo, efetivados os descontos devidos ao servidor em folha de pagamento, caberá ao cedente do direito creditório providenciar o pagamento das importâncias por ele devidas diretamente ao cessionário, não se responsabilizando a fonte pagadora do salário, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes.

1.2.1.4 - Este racional é formalizado por meio de prévia e expressa autorização firmada, por escrito ou autorização em meio eletrônico, por meio de senha pessoal, para o desconto em folha, nos termos do Decreto nº 68859, de 15 de setembro de 2025.

1.2.1.5 - Trata-se, portanto, de uma cessão de crédito definitiva e sem coobrigação, nos termos dos artigos 286 a 298 do Código Civil. Por esta razão, esta operação de cessão não se confunde com uma operação de crédito, na qual o tomador fica obrigado a restituir o valor do principal, acrescido dos juros remuneratórios e demais encargos, caso aplicáveis, a quem lhe emprestou o dinheiro;

1.2.1.6 - Havendo mais de uma credenciada, ficará a critério do servidor, a escolha da credenciada de sua preferência.

1.2.1.7 - O Limite de Crédito informado ao Servidor, decorrente exclusivamente de adiantamento de salário disponibilizado pelo Município, será determinado pela contratante nos termos do Decreto nº 68859, de 15 de setembro de 2025 e terá validade até o último dia da data de corte informada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, podendo essa validade ser alterada em conformidade com o contrato a ser firmado entre o Município e a Credenciada e o acordo existente entre Município e o Servidor.

1.2.2 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.2.3 - O presente credenciamento ficará aberto por prazo indeterminado para ingresso de novos interessados.

1.3 - A presente contratação será um serviço contínuo, pelo que a execução será de 12 (doze) meses, prorrogáveis, observados os artigos 106 e 107, da Lei Federal nº 14.133/21;

1.3.1 - O prazo de vigência contratual será de 14 (quatorze) meses, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

1.4 - Descrição do Serviço:

1.4.1 - Concessão de antecipação de salário, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos servidores municipais ativos e Agentes Comunitários de Saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville;

1.4.2 - A antecipação de salário poderá ocorrer por meio de operações bancárias, utilização de aplicativo oferecido pela Credenciada ou de cartão a ser oferecido pela Credenciada, mediante solicitação do

servidor;

1.4.3 - É de responsabilidade da Credenciada, o suporte da operação e os custos para emissão do cartão benefício, bem como, segunda via de cartão quando solicitado pelo servidor ou, em casos não especificados neste item;

1.4.4 - A consignação da antecipação salarial observará o prazo máximo de 1 (um) mês, sem incidência de taxa de juros, tarifas, encargos ou outras taxas cobradas do servidor por ocasião da contratação, sob pena de descredenciamento, nos termos do Decreto nº 68859, de 15 de setembro de 2025 ou normativa que vir a substituir;

1.4.4.1 - Sob condições específicas, poderão ser cobradas tarifas de utilização do cartão ou aplicativo em casos de retirada dos valores da plataforma da empresa de antecipação, incluindo, mas não se limitando a, transferência para outras contas, realização de Pix ou pagamento de boletos. Transações realizadas com o saldo antecipado em estabelecimentos credenciados, por meio de qualquer forma de pagamento eletrônico disponibilizada pela empresa, não estão sujeitas a tarifas.

1.4.4.2 - Apresentar ao servidor, de forma clara, objetiva e em linguagem acessível, as regras e condições do serviço de antecipação de remuneração, inclusive quanto aos custos e tarifas da operação quando aplicáveis.

1.4.5 - Ficará à critério do servidor a escolha da Credenciada para a prestação do serviço objeto deste Credenciamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Credenciamento;

2.2 - O objeto da contratação está previsto no Plano de Ações da Secretaria de Gestão de Pessoas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (0024723616), a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é o credenciamento de instituições financeiras ou bancárias, cooperativas e demais pessoas jurídicas, legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e Agentes Comunitários de Saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 - Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

Subcontratação

4.2 - Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3 - Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.4 - Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 - Início da execução do objeto: após emissão de Termo de Contrato e assinatura da Ordem de Serviço.

5.1.2 - A troca de arquivos de dados, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, deverá ser realizada em ambiente seguro, disponibilizado pela CONTRATADA, utilizando-se de protocolos ou tecnologias que garantam a integridade e a confidencialidade das informações. Dentre as opções aceitáveis, destacam-se: e-mail criptografado, SFTP, Web Service ou qualquer outra solução técnica equivalente, desde que a CONTRATANTE possua a infraestrutura tecnológica necessária para suportá-la;

5.1.2.1 - Os arquivos de dados a serem trocados deverão estar nos formatos .txt, .xls, .csv ou outro formato digital, desde que este seja suportado pela infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE e garanta a integridade dos dados;

5.1.2.2 - Ambas as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, são responsáveis por garantir a integridade, a consistência e a validação dos dados contidos nos arquivos antes de qualquer envio. Caso identifique falhas pela parte destinatária, deverá notificar a parte remetente imediatamente, por meio de canal de comunicação previamente acordado. O prazo para a análise e o processamento dos dados pela parte destinatária só se iniciará após o recebimento do arquivo corrigido e validado.

5.1.2.3 - A antecipação do salário deverá ser quitada em prestação única, no mês subsequente à

antecipação, observado o prazo de corte para envio das informações à Secretaria de Gestão de Pessoas.

5.1.3 - Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1 - Início da execução: a partir da assinatura da Ordem de Serviço;

5.1.3.2 - A concessão de antecipação do salário ficará condicionada à vigência do Termo de Contrato.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2 - Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Unidades, agências e/ou plataformas eletrônicas de operações, das instituições contratadas.

Rotinas a serem cumpridas

5.3 - A execução contratual observará as rotinas:

5.3.1 - Após a habilitação, a Secretaria de Gestão de Pessoas solicitará o Termo de Contrato para assinatura das partes;

5.3.2 - Após assinatura das partes no Termo de Contrato, a Secretaria de Gestão de Pessoas emitirá a Ordem de Serviço para assinatura da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato e Responsável designado pela Contratada;

5.3.3 - A Contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas para as devidas averbações no período, bem como, àqueles definidos no Edital de Credenciamento e documentos correlatos para as demais rotinas administrativas.

Materiais a serem disponibilizados

5.4 - Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1 - Cartão no modelo padrão da Contratada em nome do servidor solicitante, quando cabível.

5.4.2 - Aplicativos, quando cabível.

5.4.3 - Conta bancária, quando cabível.

5.4.4 - Quaisquer ferramentas necessárias para efetivação das operações de forma segura.

5.4.5 - Canais de atendimento eficientes para esclarecer dúvidas e resolver problemas

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.5 - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). **Nota(s) explicativa(s): 10**

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6 - Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.7 - Da Suspensão Temporária e Do Descredenciamento:

5.7.1 - Qualquer uma das partes poderá suspender temporariamente o Credenciamento, nas seguintes hipóteses:

a) Quando ocorrer o descumprimento da outra parte de qualquer cláusula ou condição estipulada neste Credenciamento, bem como no Decreto nº 68859, de 15 de setembro de 2025, ou normativa que vir a substituir;

b) Quando o MUNICÍPIO não repassar à CONTRATADA os valores averbados no prazo estipulado;

c) Quando houver mudanças na política governamental ou operacional da CONTRATADA, que recomendem a suspensão das operações do Objeto deste Credenciamento;

5.7.2 - A qualquer tempo, é facultado às partes denunciar o presente credenciamento, mediante manifestação formal de quem a desejar, continuando, porém, em pleno vigor as obrigações assumidas até a efetiva liquidação dos empréstimos concedidos;

5.7.2.1 - A suspensão do Credenciamento não desobriga o Município de continuar realizando as averbações das prestações já contratadas e os repasses devidos até a liquidação de todos os contratos celebrados;

5.7.3 - A partir da data de formalização da denúncia, por qualquer das partes, ficam suspensas novas contratações de crédito;

5.7.3.1 - O descredenciamento da CONTRATADA ocorrerá mediante prévia notificação fundamentada, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para a devida regularização. Durante este período, a CONTRATADA estará suspensa, sendo vedada a realização de novas contratações, repactuação ou portabilidade de crédito.

5.7.4 - O restabelecimento do Credenciamento ficará a critério da parte que acionou a suspensão, após a regularização das pendências que motivaram a suspensão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão.

6.1.1 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais;

6.1.2 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 10 (dias) dias úteis, contados da publicação do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços.

6.2 - Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.3 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.5 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Gestor do Contrato

6.6 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas, sendo a mesma responsável pela fiscalização do contrato.

6.7 - Obrigações da Contratada específicas do objeto:

6.7.1 - Será de responsabilidade da Contratada todas as despesas necessárias para a prestação do serviço.

6.7.1.1 - A Contratada deverá arcar, sem ônus para o Contratante, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços.

6.7.1.2 - Obedecer as normas Referentes à Saúde e Segurança do Trabalho seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, para o tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;

6.7.1.3 - Contratada terá responsabilidade exclusiva do contratado pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da Lei 14.133/2021.

6.7.2 - Conceder antecipação salarial, observadas suas normas operacionais vigentes e sua programação financeira, aos servidores da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Joinville, respeitadas as condições estabelecidas no Decreto nº 68859, de 15 de setembro de 2025 ou normativa que vir a substituir;

6.7.3 - Fornecer a contratante, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, arquivo contendo identificação de cada contrato, nome do servidor/devedor e valor do repasse a ser efetivado em decorrência das operações Credenciadas;

6.7.4 - Providenciar as exclusões no arquivo de averbação, de servidores/devedores, de acordo com as informações e solicitações da contratante, nos casos de liquidação das Operações de Antecipação de Salário por parte do servidor;

6.7.5 - Apresentar a autorização firmada pelo consignado, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de não serem admitidas novas consignações enquanto não cumprida esta obrigação;

6.7.6 - Manter sob sua guarda, até a liquidação da antecipação salarial, na condição de fiel depositária, o respectivo documento de outorga ao empregador, por parte do empregado devedor, de autorização, em caráter irrevogável, para a consignação da despesa contratada em folha de pagamento, podendo a referida outorga fazer parte de cláusula específica do contrato de antecipação salarial;

6.7.7 - Realizar a verificação prévia e detalhada da documentação comprobatória disponibilizada pelo servidor ou pela Prefeitura por meio documental ou via sistema eletrônico vigente, em situações de inadimplência, antes da adoção de quaisquer medidas de cobrança, sejam elas judiciais ou extrajudiciais;

6.7.8 - Ressarcir valores que, comprovadamente, foram cobrados em excesso ou indevidamente descontados;

6.7.9 - Realizar a troca de arquivos de dados, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, deverá ser

realizada em ambiente seguro, disponibilizado pela CONTRATADA, utilizando-se de protocolos ou tecnologias que garantam a integridade e a confidencialidade das informações. Dentre as opções aceitáveis, destacam-se: e-mail criptografado, SFTP, Web Service ou qualquer outra solução técnica equivalente, desde que a CONTRATANTE possua a infraestrutura tecnológica necessária para suportá-la;

6.7.10 - Encaminhar os arquivos de dados nos formatos .txt, .xls, .csv ou outro formato digital, desde que este seja suportado pela infraestrutura de tecnologia da informação da CONTRATANTE e garanta a integridade dos dados;

6.7.11 - Garantir a integridade, a consistência e a validação dos dados contidos nos arquivos antes de qualquer envio. Caso identifique falhas pela parte destinatária, deverá notificar a parte remetente imediatamente, por meio de canal de comunicação previamente acordado. O prazo para a análise e o processamento dos dados pela parte destinatária só se iniciará após o recebimento do arquivo corrigido e validado.

6.7.12- Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela entrega do objeto contratado, quando aplicável;

6.7.13 - Comunicar ao Contratante toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

6.7.14 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes deste fornecimento, inclusive perante terceiros.

6.7.15 - Promover a destinação final ambientalmente adequada e a logística reversa, sempre que a legislação assim o exigir.

6.7.16 - Cumprir com a legislação ambiental aplicável à prestação do serviço.

6.8 - Obrigações da Contratante específicas do objeto:

6.8.1 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência;

6.8.2 - Notificar a(s) empresa(s) Contratada(s) quanto a qualquer irregularidade encontrada;

6.8.3 - Permitir acesso dos empregados da(s) Contratada(s) às dependências do(s) local(is) de entrega(s);

6.8.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela(s) Contratada(s), quando necessário;

6.8.5 - Comunicar formalmente a(s) Contratada(s) qualquer falha e/ou irregularidade no fornecimento do(s) produto(s), determinando o que for necessário à sua regularização;

6.8.6 - Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, o(s) serviços(s) executados pela(s) Contratada(s);

6.8.7 - Fornecer à credenciada, relação dos servidores proponentes ao crédito, com a indicação dos valores máximos disponíveis a serem averbados de cada servidor;

6.8.8 - Recepcionar e remeter os arquivos e documentos necessários à operacionalização;

6.8.9 - Descontar em folha de pagamento o valor da antecipação de salário concedidos, em favor da CONTRATADA;

6.8.10 - Repassar à credenciada, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês, o total dos valores das antecipações de salário descontados em folha de pagamento da competência anterior;

6.8.11 - Garantir a integridade, a consistência e a validação dos dados contidos nos arquivos antes de qualquer envio. Caso identifique falhas pela parte destinatária, deverá notificar a parte remetente imediatamente, por meio de canal de comunicação previamente acordado. O prazo para a análise e o processamento dos dados pela parte destinatária só se iniciará após o recebimento do arquivo corrigido e validado.

6.8.12 - Recepcionar os arquivos no formato previamente definido, em ambiente seguro, e devolver à credenciada o extrato e o arquivo relativos aos contratos a repassados, bem como os excluídos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores ao vencimento das prestações;

6.8.13 - Em caso de impossibilidade de desconto, a Contratante deverá comunicar à credenciada as devidas justificativas;

6.8.14 - Solicitar a exclusão no extrato ou arquivo de averbação de servidores/devedores desligados por qualquer motivo que estejam sendo excluídos da folha de pagamento da contratante;

6.8.15 - Prestar à credenciada as informações necessárias para a contratação da operação, inclusive o total em operações preexistentes e as demais informações necessárias para o cálculo dos valores disponíveis;

6.8.16 - Indeferir pedido efetuado por servidor/devedor sem a aquiescência da credenciada, de cancelamento das averbações das prestações de Antecipação de Salário empréstimo, até o integral pagamento do débito.

6.8.17 - A Contratante não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos decorrente do objeto de contratação;

6.8.18 - O MUNICÍPIO não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.9 - Das sanções

6.9.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021

e no Edital.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 - O credenciamento se dará sem ônus financeiro ao Município.

7.2 - Haverá repasse à Contratada, do total do valor da prestação da antecipação contratado pelo servidor, sem ônus financeiro ao Município de Joinville.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 - Elencamos como critério de aceitabilidade pessoas jurídicas, legalmente constituídas, habilitadas, com idoneidade econômico-financeira, regularidade jurídico fiscal e demais requisitos dispostos no Edital e Termo de Referência;

8.2 - A seleção do fornecedor ocorrerá por livre escolha do terceiro interessado.

Exigências de habilitação

8.3 - Para fins de habilitação, deverá a Credenciada deverá comprovar todos requisitos previstos no Edital de Credenciamentos, incluindo a Declaração indicando o responsável pela operacionalização junto ao Município de Joinville das consignações, com apontamento do telefone e e-mail para contato e correspondência, assinada pelo representante legal da instituição, acompanhado, quando for o caso, de procuração.

8.4 - Apresentar comprovante de autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central

8.5 - Da participação de consórcio

8.5.1 - Não será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 - A presente contratação não possui ônus financeiro ao Município de Joinville, de modo, que não se aplica a estimativa de valor.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - A presente contratação não possui ônus financeiro ao Município de Joinville, de modo, que não há necessidade de apresentação da adequação/disponibilidade orçamentária, somente a Requisição de Credenciamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

11.1 - Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.

11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

11.2 - Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.

11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Karine Pereira dos Santos, Coordenador(a)**, em 23/09/2025, às 15:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Paschoali Bertolotto, Gerente**, em 23/09/2025, às 15:29, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



verificador **26911095** e o código CRC **65B6AFCC**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguacu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.064720-4

26911095v4

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0025167835/2025 - SGP.NAD.AGC

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 Trata-se de processo de credenciamento de instituições financeiras ou bancárias e cooperativas, legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e agentes comunitários de saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville.

1.2 A antecipação salarial possui caráter facultativo.

1.2.1 A necessidade de credenciamento para a opção desse crédito está prevista no Art. 4º, do Decreto nº 65.323/2025, conforme segue:

"Art. 4º.

[...]

VIII - concessão de antecipação salarial obtido em cooperativas, instituições financeiras ou bancárias, operadores de cartão, que venham a ser conveniadas ou credenciadas pelo Município de Joinville;" (NR).

1.3 Justifica-se, portanto, a autuação de processo para abertura de Edital de Credenciamento.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - A Instrução Normativa nº 03/2024 (0023970042), aprovada por meio do Decreto nº 64.109/2024 prevê que o Plano de Contratações Anual poderá ser exigido a partir do exercício 2024, porém, apesar de até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não ter divulgado o Plano de Contratações Anual do exercício de 2025, a presente contratação está prevista no plano de ações da Secretaria de Gestão de Pessoas para o ano de 2025, dada a disponibilidade orçamentária e os critérios de conveniência e oportunidade

A contratação também encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

3.1 Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1 a interessada deverá encaminhar os documentos listados abaixo para a devida habilitação:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrados nos órgãos competentes;

a.1) Prova de constituição da diretoria em exercício, acompanhada dos respectivos cadastros de pessoa física - CPF;

a.2) Para atendimento ao disposto na alínea "a.1" é necessário apresentar o Comprovante de Inscrição no CPF ou documento de identificação oficial da diretoria em exercício.

b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

f) Certificado de Regularidade do FGTS;

h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

i) Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do proponente;

i.1) Considerando a implantação do sistema eproc do Poder Judiciário de Santa Catarina, as empresas participantes sediadas neste estado deverão apresentar a referida Certidão emitida no sistema SAJ juntamente com a respectiva Certidão emitida no sistema eproc, para que tenham validade;

i.2) Na hipótese de outras Unidades Federativas com situação similar, as empresas participantes deverão apresentar a Certidão complementar nos mesmos termos.

j) Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo III deste Edital;

k) Declaração indicando o responsável pela operacionalização junto ao Município de Joinville das consignações, com apontamento do telefone e e-mail para contato e correspondência, assinada pelo representante legal da instituição, acompanhado, quando for o caso, de procuração;

l) Apresentar a autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central.

3.1.2 O credenciamento das instituições financeiras não tem caráter de exclusividade para qualquer das partes, estabelecendo-se desde logo que o Município fica livre para firmar credenciamentos com outras instituições que manifestarem interesse em sua celebração e que atendam às exigências estabelecidas no presente instrumento;

3.1.3 A consignação da antecipação salarial observará o prazo máximo de 1 (um) mês, sem incidência de taxa de juros, tarifas, encargos ou outras taxas cobradas do servidor por ocasião da contratação, sob pena de descredenciamento, nos termos do Decreto nº 65.323/2025, ou normativa que vir a substituir;

3.1.3.1 Sob condições específicas, poderão ser cobradas tarifas de utilização do cartão ou aplicativo em casos de retirada dos valores da plataforma da empresa de antecipação, incluindo, mas não se limitando a, transferência para outras contas, realização de Pix ou pagamento de boletos. Transações realizadas com o saldo antecipado em estabelecimentos credenciados, por meio de qualquer forma de pagamento eletrônico disponibilizada pela empresa, não estão sujeitas a tarifas.

3.1.3.2. Apresentar ao servidor, de forma clara, objetiva e em linguagem acessível, as regras e condições do serviço de antecipação de remuneração, inclusive quanto aos custos e tarifas da operação quando aplicáveis.

3.1.4 Caso não seja efetivado o pagamento, por qualquer motivo, caberá ao servidor consignado providenciar o pagamento das importâncias por ele devidas diretamente à consignatária, não se responsabilizando o Município de Joinville em nenhuma hipótese, por eventuais prejuízos daí decorrentes;

3.1.5 O credenciamento se dará sem ônus financeiro ao Município, servidor ou às empresas Contratadas.

3.1.6 Os demais requisitos mínimos de habilitação serão propostos no edital de credenciamento, bem como, as condições dispostas no Termo de Referência.

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Não há quantidade a ser definida, uma vez que esse processo visa o credenciamento de uma rede de instituições habilitadas para o fornecimento do serviço aos servidores públicos municipais, proporcionando ao servidor um maior número de opções de serviços e instituições financeiras, o que torna possível a aquisição da antecipação salarial com a instituição que for de interesse ou mais conveniente para o servidor.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

A solução encontrada pela equipe de planejamento é o credenciamento de instituições financeiras ou bancárias e cooperativas, legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e agentes comunitários de saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville, conforme regulamenta o Decreto nº 65.323/2025. A antecipação salarial pode ser contratada diretamente pelo servidor sem o credenciamento, porém, impossibilita o desconto em folha de pagamento. Além disso, por meio de credenciamento é possível concentrar todas as instituições credenciadas no sistema de gerenciamento de consignados contratado pelo Município de Joinville, de forma a possibilitar ao servidor a simulação de contratação por cada uma delas, possibilitando ao servidor autonomia na escolha e contratação.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando o elemento, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público o credenciamento de instituições financeiras ou bancárias e cooperativas, legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e agentes comunitários de saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 O credenciamento não possui ônus para o Município de Joinville, visto que o Município apenas efetua o desconto em folha de pagamento, do servidor, a antecipação salarial por ele contratado e repassa à instituição credenciada.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, o credenciamento de instituições financeiras ou bancárias e cooperativas, legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e agentes comunitários de saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 Não se aplica o parcelamento da solução. A instituição financeira credenciada é a que deverá oferecer o seu produto, sem a intermediação de terceiros.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se o credenciamento de novas instituições financeiras, a fim de possibilitar aos servidores, opções mais vantajosas de negociação na contratação de antecipação salarial.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que está previsto credenciar instituições financeiras, mediante habilitação.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que, quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiência técnica e conhecimento acerca da consignação desta natureza em folha de pagamento.

10.2 Não há a necessidade de contratações prévias.

10.3 Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, em andamento com o mesmo objeto do processo licitatório, tampouco Ata de Registro de Preços nos Consórcios que o município aderiu (CINCATARINA e CIM-AMUNESC).

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a contratada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constatarem-se que não identificou-se riscos.

b) análise de riscos - Não identificou-se riscos

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos - Não identificou-se riscos

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

ANÁLISE DOS RISCOS							
IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
			Probabilidade				

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de aceitar riscos que porventura venham ocorrer.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		

5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.		X	
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?		X	Não identificado riscos

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** o credenciamento de instituições financeiras ou bancárias e cooperativas, legalmente autorizadas, interessadas na concessão de antecipação salarial, com desconto em folha de pagamento, aos servidores municipais ativos e agentes comunitários de saúde da Administração Direta e Indireta do Município de Joinville, exceto Companhia Águas de Joinville nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanna Paschoali Bertolotto, Gerente**, em 14/04/2025, às 14:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Karine Pereira dos Santos, Coordenador(a)**, em 14/04/2025, às 14:46, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Luiza Daniel Bonett, Diretor (a) Executivo (a)**, em 14/04/2025, às 17:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0025167835** e o código CRC **0C799755**.

Avenida Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.064720-4

0025167835v11